

## ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS IMIGRANTES E REFUGIADAS NO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

*Tainá Pinto Bessa Ribeiro<sup>1</sup>, Janaína Moreira Pacheco de Souza<sup>2</sup>*

### Resumo

Este artigo tem como proposta dialogar sobre a temática “processos de escolarização de crianças imigrantes e refugiadas no Brasil”, a partir de uma revisão integrativa de literatura. Para subsidiar a pesquisa foram coletados cinco artigos no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), entre os anos de 2017 e 2024. A análise temática dos textos foi ancorada na técnica da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016) a qual revelou um excessivo número de incidências negativas no cotidiano escolar desses alunos, que frequentemente são vítimas de preconceito racial, xenofobia e estigmas nas escolas. Os estudos selecionados destacam a ausência de políticas públicas direcionadas à escolarização dos sujeitos advindos dos fluxos migratórios e de Programas de formação continuada para os docentes que trabalham em escolas que recebem essas crianças, o que tende a agravar a questão do acolhimento desses sujeitos e a prática desenvolvida pelos professores, os quais, encontram dificuldades de desenvolver um trabalho que não invisibilize os aspectos socioculturais trazidos pelos discentes. Embora a temática desta pesquisa represente um campo emergente na contemporaneidade, os dados revelam que ainda há uma produção acadêmica limitada voltada à escolarização de crianças imigrantes e refugiadas no contexto brasileiro. Nesse sentido, este artigo busca contribuir para a ampliação das discussões sobre a temática, tanto no âmbito escolar, quanto na sociedade em geral e nas agendas de políticas públicas.

**Palavras-chave:** Escolarização; Crianças imigrantes e refugiadas; Acolhimento.

### SCHOOLING OF IMMIGRANT AND REFUGEE CHILDREN IN BRAZIL: NA INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW

### Abstract

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (EDU-UERJ). Membro do Projeto Prodocência intitulado “Estudos sobre o cenário da alfabetização de crianças imigrantes nas escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro: um programa de formação na Licenciatura em Pedagogia”, e integrante do Núcleo de Estudos e Ensino em Linguagem, Alfabetização e Letramento (NEELAL-UERJ).

<sup>2</sup> Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Professora do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PROPED-UERJ); Membro do Grupo de Pesquisa Linguagem, Cognição Humana e Processos Educacionais; Membro do Grupo de Pesquisa Linguagens, Alfabetização e Letramento; Bolsista APQ1/FAPERJ.



This article aims to engage in a dialogue about the theme "schooling processes of immigrant and refugee children in Brazil," based on an integrative literature review. To support the research, five articles were collected from the CAPES Journal Portal, published between 2017 and 2024. The thematic analysis of the texts was grounded in the Content Analysis technique (Bardin, 2016), which revealed an excessive number of negative incidents in the school life of these students, who are often victims of racial prejudice, xenophobia, and stigma in schools. The selected studies highlight the lack of public policies aimed at the schooling of individuals coming from migratory flows and the absence of continuous training programs for teachers working in schools that receive these children, which tends to aggravate the reception of these individuals and the practices developed by teachers, who encounter difficulties in implementing work that does not render invisible the sociocultural aspects brought by the students. Although the theme of this research represents an emerging field in contemporary times, the data reveal that there is still limited academic production focused on the schooling of immigrant and refugee children in the Brazilian context. In this sense, this article seeks to contribute to the expansion of discussions on the topic, both within the school environment and in society at large, as well as in public policy agendas.

**Keywords:** Schooling; Immigrant and refugee children; Welcoming.

## 1 Introdução

Pensar num breve histórico de migração no Brasil requer o entendimento de que a imigração não é fator recente, uma vez que sempre esteve presente desde a colonização do nosso país. Como apontado por Roldão, Ferreira e Branco (2021, p. 51). "Migrar é um ato inerente ao ser humano. Desde os primórdios, os homens e mulheres migram, pois essa é a principal teoria que sustenta a expansão da humanidade sobre a face da Terra". Esses processos devem ser entendidos de forma mais ampla, visto que, nem sempre é exclusivamente uma escolha individual, já que a decisão envolve diversos fatores que impossibilitam a continuidade dos sujeitos em seus países de origem.

Historicamente, como apontado por Figueredo e Zanelatto (2017), o Brasil é considerado um país de imigrantes por receber intensos fluxos migratórios. Os autores salientam o fato ao afirmarem que, após a proibição dos navios negreiros e a abolição da escravidão, os espanhóis, japoneses, italianos e alemães optaram pelo deslocamento para o Brasil em busca de novas oportunidades, visto que a mão de obra escravizada em nosso país estava sendo substituída por mão de obra qualificada. Evidencia-se, dessa maneira, que o século XIX ficou marcado por esses grandes fluxos migratórios, contribuindo para que diversas famílias migrassem em busca da promessa de um pedaço de terra.

No ano de 1930, devido às crises que caracterizaram esse período, a imigração teve um declínio. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil volta a ser o destino de muitos imigrantes que buscavam fugir das dificuldades causadas durante o período conturbado da guerra. Já os anos da Ditadura Militar foram marcados pelas consequências da política de austeridade, da censura, do autoritarismo e das perseguições ocorridas, o que fez diminuir o interesse dos imigrantes trabalhadores no território brasileiro (Figueredo; Zanelatto, 2017).

A migração de latino-americanos, africanos e refugiados que escolhem o Brasil como novo lar temporário ou permanente, devido a diversos fatores sociais, políticos e econômicos ocorridos nos tempos atuais, marcam a virada do século e as novas dinâmicas políticas e sociais do século XXI (Figueredo; Zanelatto, 2017).

Esses processos relacionados aos fluxos migratórios não marcaram a história do Brasil apenas como um breve assunto para os livros, mas foram de fundamental contribuição para a consolidação histórico-cultural e identitária do país, uma vez que colaboraram para a (re)constituição da língua, costumes, cultura e economia. Esse emaranhado de teias que se entrecruzam e se embarçam, nos tornando frutos de todo esse repertório, constitui a identidade da nação brasileira marcada pela diversidade.

Dados estatísticos se fazem importantes para visualizarmos as condições dos processos migratórios no Brasil na atualidade. Através deles, é possível fazer uma leitura do processo migratório de crianças e adolescentes em nosso país e, compreender como eles têm chegado e permanecido aqui. Segundo registros do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), em 2022 foram contabilizados 51.032 crianças e adolescentes residentes em nosso país, contudo, sabemos que esse número não é exato, pois existem diversas crianças e adolescentes vivendo de forma ilegal e não reconhecida pelo Estado (Santos; Mota, 2023), o que torna essa situação ainda mais preocupante, tendo em vista a situação de vulnerabilidade social que se agrava quando não existe um reconhecimento legal desses sujeitos.

É fato que essas crianças e adolescentes que chegam ao Brasil têm pela legislação seus direitos garantidos. A Constituição Federal de 1988, no art. 5º, não estabelece diferenciação entre os direitos dos brasileiros e estrangeiros: “[...] todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (Brasil, 1988). Esses direitos também se encontram garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), quando o documento evidencia que “[...] a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa [...]” (Brasil, 1990).

A Lei de Migração também trouxe em seu cerne grandes mudanças legislativas referentes aos direitos dos migrantes, sobretudo ao direito à educação, quando estabelece em seu art. 4º, inciso X: “[...] direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória” (Brasil, 2017, p. 3). Dessa forma, passa a garantir o acesso dos

sujeitos ao espaço educacional independente de seu local de origem, situação regularizada ou não no país de acolhida.

Pensar sobre a escolarização desses sujeitos é de fundamental importância, pois eles encontram barreiras de diferentes ordens durante esse processo em relação aos alunos brasileiros, o que requer novas soluções dos profissionais da educação e, principalmente, amparo das políticas públicas. É importante salientar que o direito ao acesso amplamente destacado na legislação não indica que estudantes oriundos dos fluxos migratórios tenham seus direitos garantidos na escola, tendo em vista que o que se vê nas pesquisas (Souza, 2019; Silva; Torres, 2024) é que eles, frequentemente, precisam renunciar a sua cultura e língua materna para se encaixarem em um novo universo simbólico do sistema educacional brasileiro.

Diante das breves questões explicitadas, este artigo se propõe a identificar e analisar estudos sobre a temática “escolarização de crianças imigrantes e refugiadas no Brasil”, com o intuito de compreender como os estudantes oriundos de fluxos migratórios estão sendo recebidos nas escolas, para conhecermos quais as adversidades encontradas nesse ambiente educacional. Além disso, é de nosso interesse saber como funciona o processo pedagógico desses estudantes, tendo em vista que, muitas vezes, a formação acadêmica e continuada em serviço dos educadores não contempla discussões ou formações em equipe na própria escola (Silva; Torres, 2024).

É válido ressaltar que o objetivo inicial desta proposta era apresentar neste estudo uma Revisão da Literatura a partir de artigos no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), delimitando a discussão no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, no entanto, não foram encontrados estudos com esse recorte temático na plataforma selecionada. Sendo assim, foi realizado um reajuste no que tange à especificação geográfica da pesquisa – de “Estado do Rio de Janeiro” para “Brasil” – para que todo o território nacional pudesse ser selecionado na análise, ampliando, dessa maneira, as possibilidades de pesquisa. Esse fato, de antemão, já diz muito sobre a carência de estudos acerca dessa temática no Estado do Rio de Janeiro, o que compromete o debate sobre uma temática indispensável ao campo da Educação e, principalmente, a compreensão sobre a necessidade de incluir esses estudantes em nossas escolas.

Para subsidiar as reflexões propostas até aqui, utilizaremos como referencial teórico artigos encontrados na Revisão da Literatura, os quais apresentam discussões acerca de questões relacionadas à escolarização de alunos imigrantes e refugiados no Brasil. Para ampliar a discussão com as pesquisas encontradas, dialogaremos com estudos de Vigotski (2018), Geraldi (2013), Paraguassu (2022), dentre outros, com o intuito de contribuir para compreensão da relação entre linguagem, direitos à aprendizagens e a importância de um espaço escolar inclusivo.

## 2 Metodologia

Como perspectiva metodológica, optou-se pela revisão integrativa da literatura, visto que, como apontado por Roldão, Ferreira e Branco (2021), pode garantir uma visão mais ampla do que está sendo pesquisado, fazendo com que o pesquisador compreenda os avanços e contribuições da sua área de interesse. À vista disso, essa investigação tem um papel ímpar em virtude do recorte selecionado, podendo deste modo levantar e interpretar os dados, colaborando para visibilização do tema pesquisado, a produção de novos trabalhos, a reflexão sobre as práticas educacionais e as implementações de políticas públicas.

Conforme já mencionado, para fins desta revisão, foram selecionados artigos coletados no Portal de Periódicos (CAPES), a partir da seguinte equação de pesquisa: busca avançada; textos revisados por pares, publicados entre 2017<sup>1</sup> e 2024; e as palavras-chave, “escolarização crianças imigrantes”, “escolarização imigrantes”, “escolarização crianças refugiadas”, “escolarização refugiadas”, “escolarização crianças imigrantes AND refugiadas”. A plataforma apresentou como resultado 5 artigos, os quais foram submetidos à leitura crítica do título, do resumo e das palavras-chave. Segue abaixo um quadro síntese dos estudos encontrados na revisão da literatura.

**Quadro 1** - Artigos selecionados e analisados para a pesquisa.

Título do artigo	Autoria/Ano de publicação	Revista	Palavras-chave
Imigrantes e refugiados como desafio pedagógico: práticas docentes em uma escola municipal de São Leopoldo - RS	Silva, R. M. D. da; Torres, A. C. 2024.	Vivências	Migração; Sul-Sul Global; Escolarização
Inserção de haitianos na Educação Básica em Mato Grosso: percepção de gestores, professores e estudantes	Moraes, N. A. de; Campos, M. A.; Cotrin, J. T. D. 2023.	Educação	Imigração haitiana; Educação brasileira; Psicologia escolar e educacional
Imigração no Brasil e o processo de escolarização para as crianças e	Roldão, S. F.; Ferreira, J. L.; Branco, V. 2021.	Revista Entreideias	imigração; Brasil; escolarização

<sup>1</sup> Optou-se por essa data devido a promulgação da Lei de Migração regulamentada pelo Decreto 9.199/2017, revogando assim o antigo Estatuto do Estrangeiro.

adolescentes imigrantes			
Imigrantes e refugiados no Brasil: uma análise sobre escolarização, currículo e inclusão	Giroto, G.; Paula, E. M. A. T. de. 2020.	Revista Espaço do Currículo	Refugiados; Currículo; Identidade; Inclusão no Ensino Superior
Lekòl La: as crianças haitianas e a inserção escolar na rede pública em Porto Velho-RO	Santos, M. S. F. dos; Cotinguiba, M. L. P. 2019.	Revista Presença Geográfica	Crianças haitianas; inserção escolar; Porto Velho/RO

Fonte: as autoras, 2024.

A técnica de análise realizada nesses 5 artigos foi a Análise de Conteúdo (AC), definida, segundo Bardin (2016, p. 48) como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

A análise qualitativa dos dados foi realizada através das fases a seguir:

**pré-análise**, corresponde a primeira etapa, que segundo Bardin (2016) é onde se realiza o primeiro contato com o material pesquisado, buscando sistematizar ideias, formulando hipóteses e objetivos como norteadores principais para o tema;

**exploração do material**, consiste numa fase mais demorada, é quando o material selecionado é explorado através de operações de codificação, decomposição ou enumeração, possibilitando nesse momento as interpretações e inferências dos pesquisadores (ibid., 2016). Nessa fase foram identificados 7 códigos, os quais apresentarei em redes, adiante;

**tratamento dos resultados**, é o momento em que é atribuído significado ao material estudado (Bardin, 2016), como um trabalho qualitativo, está relacionado as subjetividades e inferências feitas ao longo da pesquisa, apesar de ter a contagem de maiores ocorrências, o objetivo final é uma análise humana. Sendo assim, para fins deste artigo me detive a análise dos códigos com maior evidência, para a reflexão da escolarização dos alunos imigrantes e refugiados.



Como já referido, da análise de conteúdo (Bardin, 2016) emergiram 7 códigos que foram mencionados com maior evidência nos artigos analisados. Outros códigos surgiram na análise, todavia, optou-se por esses pela maior incidência e por dialogar diretamente com o objeto de pesquisa. Os códigos selecionados são apresentados no quadro abaixo:

**Quadro 2** - Códigos com maiores incidências.

Códigos	
Preconceito racial /xenofobia	23 citações
Dificuldades com a Língua	13 citações
Falta de legislação específica referente ao acolhimento e inclusão	11 citações
Falta de formação adequada	7 citações
Redes de apoio	7 citações
Falta de documentação	6 citações
União entre as crianças imigrantes e refugiadas	3 citações

Fonte: as autoras, 2024

Esses códigos deram direcionamento à discussão aqui apresentada. A partir deles, pretendemos refletir sobre os principais aspectos presentes durante a escolarização dos alunos advindos dos fluxos migratórios e como as escolas e políticas públicas têm se preparado para receber esses sujeitos. Salientamos que esses códigos são representativos para esta discussão e, a partir deles dialogaremos, mesmo que de maneira indireta, com formas de se pensar o cotidiano escolar que recebe essas crianças, uma vez que é uma realidade crescente nas escolas de todo o Brasil.

### 3 Resultados e Discussões

As famílias imigrantes e refugiadas que chegam a um novo país e procuram recomeçar suas vidas enfrentam diversas dificuldades, tais como: falta de oportunidades de emprego, dificuldades no acesso a serviços médicos, problemas relacionados à habitação, dentre outros. Para além desses, as famílias que possuem crianças em idade escolar devem ainda se preocupar em conseguir o acesso dos filhos à escola para que possam dar início ou continuidade aos processos de aprendizagem dessas crianças. Contudo, frequentemente, esse processo se torna complicado devido à barreira linguística

e o não conhecimento, por parte dos dirigentes das instituições educacionais, das legislações necessárias para garantir o que já está previsto por lei.

Segundo a pesquisa de Silva e Torres (2024, p. 47), intitulada “Imigrantes e refugiados como desafio pedagógico: práticas docentes em uma escola municipal de São Leopoldo – RS”, a inexistência de registros e documentos dos alunos imigrantes e refugiados foi uma fala marcada nas entrevistas, especialmente no apontamento de uma das supervisoras da instituição, ao demonstrar preocupação em não ter em mãos o histórico escolar dos alunos oriundos de fluxos migratórios que procuram por matrícula na escola. Há de se evidenciar que, apesar das adversidades encontradas pelos responsáveis dessas crianças durante a matrícula, que podem estar relacionadas à ausência de conhecimento por parte dos profissionais da escola, os quais não recebem as informações necessárias para lidar com essas situações, a matrícula não pode ser negada à criança e as escolas devem buscar soluções para o acesso e permanência desses sujeitos.

Apesar das dificuldades apontadas como a falta de documentos pessoais no ato da matrícula, tendo em vista que muitas famílias se deslocam para garantir sua sobrevivência e não conseguem levar o necessário para dar continuidade às suas vidas da forma mais tranquila possível, as leis surgem para assegurar uma maior tranquilidade e facilidade nesse processo. A Resolução n 1º, de 13 de novembro de 2020, por meio do seu artigo 1º, inciso 3, garante que a matrícula não deve ser impedida devido à falta de documentação nem a ausência de tradução juramentada.

Outro fator com grande número de incidências nos artigos analisados é a dificuldade no processo de comunicação dentro da sala de aula, tendo em vista que as crianças imigrantes, na grande maioria das vezes, não têm o português como primeira língua, ou seja, os pequenos que chegam às escolas encontram na forma de comunicação um dos obstáculos iniciais para sua inclusão. Sendo assim, esse é um ponto imprescindível a ser considerado nas instituições que recebem essas crianças, visto que, essa dificuldade pode se tornar uma barreira linguística e, conseqüentemente, excluir os sujeitos envolvidos no processo. Como evidenciado por Moraes, Campos e Cotrin (2023), no artigo “Inserção de haitianos na Educação Básica em Mato Grosso: percepção de gestores, professores e estudantes”, é a partir da língua que os seres humanos se desenvolvem, se comunicam, interagem e realizam seu processo de ensino e de aprendizagem.

Seguindo esse cenário, o estudo “Imigração no Brasil e o processo de escolarização para as crianças e adolescentes imigrantes”, de Roldão, Ferreira e Branco (2021), apresenta uma análise bibliográfica que visa compreender o processo de escolarização da criança e do adolescente imigrante no Brasil. O estudo constata que as crianças que não compreendem seus colegas e seus professores, apresentam maior timidez e invisibilidade e que, conseqüentemente, acabam se isolando do grupo. Dessa forma, podemos inferir que a aprendizagem da língua do país acolhedor é um fator fundamental para que ocorra a integração, interação, comunicação e o desenvolvimento escolar.



Logo, adotar uma perspectiva intercultural de ensino para a construção de um ambiente escolar mais democrático e possibilitar condições de comunicação entre professores brasileiros e estudantes que não falam a língua portuguesa, é uma das possibilidades de contribuir para a inclusão educacional.

Como apontado por Moraes, Campos e Cotrin (2023, p. 06), “A dificuldade imposta pela língua se caracteriza como um problema majoritário dos imigrantes, pois a linguagem tem papel fundamental no desenvolvimento humano”. Dessa forma, refletir sobre essas questões é compreender que a aprendizagem da língua é uma das principais formas para a inclusão e aprendizagem desses alunos na escola. Tendo em vista essa questão, é de essencial importância pensar em como esse trabalho está sendo efetivado nas salas de aula, dado que, conforme os autores apontam no estudo, os docentes não possuem formação inicial e, nem continuada, que seja direcionada ao contexto apresentado nesta discussão. Em complemento às informações trazidas, esses mesmos autores destacam que nenhuma formação é fornecida pelas autoridades públicas do Estado de Mato Grosso. Entende-se a partir disso que não existe uma orientação específica em relação a esse processo de alfabetização de crianças oriundas de fluxos migratórios naquele Estado, o que resulta em ações particularizadas de alguns professores. Cada escola e professor cria suas próprias iniciativas e medidas para garantir um melhor acolhimento desses sujeitos (Moraes; Campos; Cotrin, 2023).

É importante destacar a importância do direcionamento pedagógico que professores desenvolvem com essas crianças, tendo em vista que o trabalho que envolve a linguagem é complexo e desafiador, ainda mais quando não estamos familiarizados com o idioma. Todavia, práticas simples e bem direcionadas dos professores já podem fazer a diferença para o processo de aprendizagem e acolhimento desses pequenos. Como evidenciado por Geraldi (2013), a língua é fundamental, pois é a partir dela que também aprendemos, ou seja, ela é simbólica e está relacionada ao nosso sistema de referência, que é um processo pessoal, mas também social. Nesse sentido, quando o professor agrega ao seu planejamento a questão do meio cultural e histórico dos seus alunos, ele entende que há muito a dizer sobre os sentidos que atribuímos às expressões e a formação das identidades.

O que se observa por meio da pesquisa (Moraes; Campos; Cotrin, 2023) é que as medidas utilizadas para tentar solucionar as problemáticas que vão surgindo a partir desse cenário advém, frequentemente, de iniciativas dos educadores. Contudo, devemos ter um olhar crítico para essa situação e nos questionar se essas mesmas atitudes estão contribuindo para uma educação intercultural no espaço escolar que atuam ou se estão, de alguma forma, invisibilizando a cultura e a língua desses estudantes, fazendo com que esqueçam suas questões identitárias para tentar se encaixar nessa nova sociedade que os recebe e, a um custo alto, fazê-los aprenderem a nossa língua.

Pensar numa educação intercultural é voltar nossos olhos para as mais diversas formas de viver e ver o mundo, é reconhecer o eu e o outro como seres diferentes, mas que se completam em suas particularidades que são

fundamentais e enriquecedoras para a essência humana. Como salienta Candau (2020)

A interculturalidade crítica fortalece a construção de identidades dinâmicas, abertas e plurais, assim como questiona uma visão essencializada de sua constituição. Potência os processos de empoderamento, principalmente de sujeitos e atores inferiorizados e subalternizados e a construção da autoestima, assim como estimula a construção da autonomia num horizonte de emancipação social (Candau, 2020, p. 40).

Para Vigotski (2018), o meio tem um papel fundamental para o desenvolvimento infantil. Entende-se, a partir dos estudos dele que “[...] no que se refere ao desenvolvimento da personalidade e de características especificamente humanas, [...] o meio se apresenta no papel de fonte de desenvolvimento. [...]” (Vigotski, 2018, p. 87). Pensando em relação à escola, essa desenvolve um trabalho fundamental, dado que as crianças frequentam diariamente esses espaços e as trocas vivenciadas são essenciais na construção de suas identidades e personalidades. Ou seja, pensar sobre a construção do meio no ambiente escolar é considerar, como apontado por Vigotski (2018), que o meio vai muito além do espaço físico e, a partir dele, as crianças se desenvolverão e terão suas vivências interiorizadas seguindo suas etapas de desenvolvimento. Desse modo, a escola tem um papel fundamental para a construção da compreensão de mundo, pois é a partir das relações experienciadas nela que construímos nosso sistema de referência e atribuímos sentidos.

Esse movimento de aprender uma nova língua em um novo país, demanda muito das crianças e dos docentes que convivem com elas, os quais precisam considerar muitos fatores. É sabido que a língua está relacionada à identidade, conseqüentemente, é um dos fatores fundamentais para nos reconhecermos no mundo e reconhecer nossos pares, para confraternizarmos, criarmos memórias, laços afetivos e histórias com quem amamos. Imaginar uma criança entrando em um novo mundo simbólico e sendo obrigada a ignorar sua língua materna é uma situação cruel e sem sentido. Como afirma Paraguassu (2021, p. 103):

Quando a criança é levada a substituir sua língua materna por um código que lhe é estranho, que nada diz de si, com o qual ela não se identifica, torna-se estranho o que para ela era familiar. Assim, a língua materna vai sendo transformada em língua estranha, na medida em que é silenciada, e cria-se uma lacuna entre a sua língua e aquela da qual precisa apropriar-se.

Atualmente temos vivenciado uma situação paradoxal em relação ao padrão de escolas no Brasil: temos acompanhado a abertura de diversas escolas

bilíngues que cobram valores exorbitantes para que os alunos aprendam várias línguas e culturas nesses espaços e, em contrapartida, temos escolas públicas que recebem diversos alunos oriundos de fluxos migratórios que falam outras línguas e têm outras culturas diferentes das nossas, contudo, não são valorizadas pelo potencial que apresentam. O que se compreende, por meio da pesquisa de Souza (2019) é que as escolas públicas carecem de planejamento, políticas públicas e formação adequada para que transformem esses espaços em verdadeiros espaços potencializadores de ensino, visto que, são um “[...] laboratório linguístico vivo” (Souza, 2019, p. 60). Entende-se que todos os envolvidos nesse processo de ensino e de aprendizagem iriam ganhar, pois como salienta Souza e Senna (2020, p. 82), “[...] a língua é uma das ferramentas vivas que nos permite apropriarmos de bens culturais que constituem a subjetividade humana”.

Outro fator evidenciado nos artigos apresentados neste estudo é a temática acerca do preconceito racial e a xenofobia. Moraes, Campos e Cotrin (2023, p. 8), ao apresentarem os relatos de alunos haitianos e brasileiros, professores e gestores de três escolas públicas de ensino fundamental, expõem que “As entrevistas trouxeram relatos [...] que apontam o racismo presente no cotidiano escolar”. Eles revelaram casos em que esse preconceito velado ocorria no ambiente escolar por parte de professores e alunos. Esse tratamento diferenciado era percebido por alguns estudantes estrangeiros que, em resposta à situação, acabavam se isolando ainda mais.

De acordo com Roldão, Ferreira e Branco (2021, p. 57), “As pesquisas acadêmicas demonstraram que o racismo, ora velado, ora explícito, não se manifesta de maneira igual para os imigrantes, tendendo a agravar-se quando o imigrante é negro e/ ou sua origem é um país “pobre”. Esse fato nos permite inferir que essa realidade não é semelhante para todos que chegam ao nosso país – o que indica fortemente que a relação com o seu local de nascimento, sua cultura, língua e fenótipo importam muito em nossa sociedade.

Nesse sentido, vão sendo criados estigmas que acabam rotulando os diferentes sujeitos tornando cada vez mais complicado o processo de inclusão dos estudantes que migram de um outro país para o Brasil, posto que essas atitudes resultam em práticas de exclusão, fazendo com que eles não se vejam acolhidos, por consequência, desenvolvendo a falta de pertencimento a aquele local e grupo. Esse cenário apenas contribui para que os alunos imigrantes e refugiados troquem apenas com seus pares, sendo que se sentem acolhidos e compreendidos pelas pessoas que viveram/vivem situações e dificuldades parecidas, resultando assim em poucas trocas e aprendizagens com os alunos brasileiros e os professores.

Um dos pontos fundamentais para a inclusão desses sujeitos, segundo Paraguassu (2021), é o acolhimento realizado pelas escolas, visto que, desenvolvem sentimento de identificação e pertencimento ao novo país. Ou seja, o ambiente escolar e seus autores têm o poder de agregar e transformar as experiências desses pequenos positivamente ou invisibilizar suas subjetividades, fazendo com que abdicuem de tudo que os torna quem são. Nesse sentido, o

professor e a equipe escolar têm um papel fundamental, pois a construção desse ambiente acolhedor requer um trabalho em conjunto e direcionado com as crianças imigrantes e refugiadas para que possam participar e dialogar sobre a construção desse meio que é imprescindível para sua aprendizagem, já que é a partir dele que entrarão em contato com a cultura e costumes do novo país.

Como citado frequentemente nos artigos analisados neste estudo, os docentes não se sentem preparados para lidar com essa nova realidade e se sentem negligenciados em relação a falta de políticas educacionais. Como salienta Moraes, Campos e Cotrin (2023, p. 19)

[...] o acolhimento feito pelos profissionais, as diferentes estratégias pedagógicas e a comunicação com a família do imigrante se mostraram como elementos facilitadores do processo, porém são feitas de forma voluntária pelos professores sem que se tenha uma política para isso.

A falta de políticas públicas direcionadas ao contexto trazido aqui é considerada uma das barreiras para os profissionais, visto que, não possuem um direcionamento específico em relação à chegada desses alunos. Apesar de cada escola ter sua própria realidade social e econômica e cada caso ser único, uma política que ampare a chegada e permanência desses sujeitos é de fundamental importância para os docentes e equipe pedagógica.

Caminhando com a falta de políticas educacionais, temos a ausência de programas de formação continuada que sejam direcionados a professores que atuam com esse público – o que representaria um apoio ao processo de ensino e aprendizagem desses estudantes. Como aponta Moraes, Campos e Cotrin (2023, p. 19) “[...] é necessário que sejam implantadas políticas de formação aos profissionais da escola que versem sobre o atendimento educacional aos alunos imigrantes para que práticas inclusivas sejam formalizadas e se tornem rotina nas escolas”.

Pensar em políticas que garantam o acesso, permanência e inclusão dos estudantes imigrantes e refugiados é de fundamental importância, já que são as leis consolidadas que podem possibilitar a sistematizações de práticas. Como evidencia Silva e Torres (2024, p. 48) “[...] é preciso pensar qual vai ser o preparo das redes frente ao desafio posto de receber alunos estrangeiros, processo esse que já acontece, mas carece de políticas públicas e, fundamentalmente, de preparo sistemático”.

Como exposto por Moraes, Campos e Cotrin (2023), a falta de formação adequada compromete o processo de ensino-aprendizagem, além de dificultar a inclusão e um trabalho voltado para a interculturalidade. Vêras (2019) destaca que, com a falta de instrução devida os professores não se encontram preparados para resgatar as origens e matrizes culturais de seus alunos. Por conseguinte, as estratégias inadequadas ou inexistentes só contribuem para a invisibilização das culturas e práticas trazidas pelos imigrantes e refugiados.

É no decorrer de todo esse impasse e falta de direcionamentos legais que surgem as redes de apoio, porquanto, como os órgãos públicos não oferecem suporte adequado para o recomeço dessas famílias no novo país, outras instituições ou projetos se mobilizam pela causa dos imigrantes e refugiados, oferecendo as famílias desamparadas informações e serviços básicos para a facilitação de suas vidas. Como evidenciado por Giroto e Paula (2020) geralmente as instituições que prestam serviços humanitários voltados para os estrangeiros são as igrejas e Organizações não Governamentais (ONG's).

São justamente esses trabalhos realizados que impulsionam a prosperidade da vida desses estrangeiros. Alguns autores, como Roldão, Ferreira e Branco (2021, p. 59) destacam que com a ausência de ações efetivas do Estado e de políticas públicas, as redes de apoio oferecem serviços fundamentais para a inserção social e acolhimento, como: "a): hospedagem temporária, alimentação, saúde e assistência social; b): procedimentos de regularização documental, acesso ao mercado de trabalho e orientações em seus direitos legais; c): aulas de língua portuguesa".

Nas escolas essa realidade não é muito diferente, os alunos imigrantes e refugiados veem nos seus pares uma rede de apoio, isso pode ser notado quando os autores Moraes, Campos e Cotrin (2023, p. 18) relatam através de entrevistas com alunos haitianos e gestores essa maior troca e identificação entre estudantes de mesma nacionalidade.

O maior entrosamento entre alunos haitianos apontados nos relatos de H1 e G1 indicam, para além do conforto e facilidade de comunicação entre nativos da mesma língua, o fato de terem as mesmas raízes, se reportarem com facilidade às mesmas coisas e se fortalecerem no sentimento de pertencimento e identificação com um grupo nas mesmas experiências migratórias.

Tais apontamentos nos levam a refletir sobre a realidade vivida durante o processo de escolarização das crianças imigrantes e refugiadas no Brasil e, para além disso, entender que esse pequeno recorte não generaliza ou expõem todas as dificuldades vividas por esses sujeitos no espaço escolar. Porém, a discussão apresentada aqui já é uma pequena janela que se abre para se pensar sobre esse cenário que está cada vez mais recorrente em nosso cotidiano. Salientamos que as questões aqui apresentadas ainda se encontram silenciadas e invisibilizadas pelas políticas públicas do Brasil e pelas práticas educacionais em muitas escolas.

#### **4 Considerações Finais**

A discussão do recorte temático apresentado neste estudo é instigante por nos revelar uma realidade vivida por muitas escolas e professores em todo o território brasileiro. Encontramos poucas produções sobre a temática e isso





não ocorre porque as escolas não estejam encontrando dificuldades no decorrer de suas trajetórias, mas sim devido à existência de uma barreira que faz com que as questões aqui apresentadas não sejam discutidas dentro dos espaços escolares e nas universidades. A falta de diálogo entre escola básica e ensino superior resulta na escassez de pesquisas e projetos destinados a esse público, visto que, sabemos que uma temática só ganha dimensão quando existe discussão e problematização, para que assim chegue à população e nas pautas das políticas públicas.

No decorrer dessa falta de diálogo e invisibilização dessa realidade que está cada vez mais recorrente e próxima do nosso cotidiano, o ator social que acaba mais responsabilizado e cobrado é o professor, contudo, antes de apontarmos culpados ou prováveis solucionadores para o problema, devemos primeiramente nos colocar no lugar do profissional que já se encontra desamparado nas questões simples da sua sala de aula, desde a falta de materiais básicos, ao grande quantitativo de alunos em sua turma. Sendo assim, para pensarmos em uma resolução inicial devemos estar cientes de que isso está muito acima de nosso controle e que apesar do trabalho diário desenvolvido pelo docente ser importante, só vamos ver mais resultados quando tivermos esse amparo legal e difundido em todo o Brasil.

Tal constatação não nos deve desanimar, mas fortalecer nossa luta para maior ampliação da discussão da temática, tendo em vista que dessa forma os professores saberão que não estão sozinhos e que existem tantos outros vivendo o mesmo desafio. Assim, juntos, poderão criar uma rede de apoio para aprenderem e trocarem experiências, contribuindo para aprendizagens diversas: dos educadores, estudantes e comunidade escolar.

Finalmente, pode-se destacar a necessidade da realização de mais pesquisas voltadas à temática, uma vez que todos os estudos trazidos nesta revisão revelaram restrita produção acadêmica de um campo emergente que precisa debater e pensar mais sobre todos os aspectos que envolvem a escolarização dos pequenos imigrantes e refugiados, podendo contribuir para que a discussão entre na pauta das escolas, universidades, sociedade e das políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 22 jul. 2024.



BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm). Acesso em: 19 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 21 jul. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB 1/2020**. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de novembro de 2020, Seção 1, p. 61. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=165271-rceb001-20&category\\_slug=novembro-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=165271-rceb001-20&category_slug=novembro-2020-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 17 jul. 2024.

CANDAU, Vera Maria. Didática, Interculturalidade e Formação de professores: desafios atuais. In: Dossiê: Pedagogia, didática e formação docente: velhos e novos pontos críticos-políticos. **Revista Cocar**, edição especial n. 8, p. 28-44, jan./abr., 2020.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu de; SILVA, Sarah Fernanda Lemos. Relatório Anual OBMigra 2023 - **OBMigra 10 anos**: Pesquisa, Dados e Contribuições para Políticas. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023.

FIGUEREDO, Luiz Orencio; Zanelatto, João Henrique. Trajetória de Migrações no Brasil. **ACTA SCIENTIARUM. HUMAN AND SOCIAL SCIENCES**, Maringá, v. 39, n. 1, p. 77-90, 2017.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de Passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 5ª ed., 2013.

GIROTO, Giovani; PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de. IMIGRANTES E REFUGIADOS NO BRASIL: uma análise acerca da escolarização, currículo e inclusão. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 164-175, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13n1.43867. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/43867>. Acesso em: 26 abr. 2024.

MORAES, Natália Alves de; CAMPOS, Maria Aparecida; COTRIN, Jane Teresinha Domingues. Inserção de haitianos na Educação Básica em Mato Grosso: percepção de gestores, professores e estudantes. **Educação**, [S. l.], v. 48, n. 1, p. 01-24, 2023. DOI: 10.5902/1984644466500. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/66500>. Acesso em: 26 abr. 2024.



PARAGUASSU, Fernanda. **Narrativas de infâncias refugiadas: a criança como protagonista da própria história.** Rio de Janeiro: Mauad X, 1ª ed., 2021.

ROLDÃO, Sandra Felício; FERREIRA, Jacques Lima; BRANCO, Veronica. Imigração no Brasil e o processo de escolarização para as crianças e adolescentes imigrantes. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 49-69, 2021. DOI: 10.9771/re.v10i2.36960. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/36960>. Acesso em: 13 abr. 2024.

SANTOS, Mariana Cardoso dos; MOTA, Angela Karinne Bezerra. Desafios e necessidades de crianças e adolescentes refugiados e migrantes no Brasil: garantindo proteção, acesso à educação e integração social. **SciELO Preprints**, 2023. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.6984. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6984>. Acesso em: 25 out. 2024.

SANTOS, Maquézia Suzane Furtado dos; COTINGUIBA, Marília Lima Pimentel. LEKÒL LA: as crianças haitianas e a inserção escolar na rede pública em Porto Velho-RO. **Revista Presença Geográfica**, vol. 6, n. 1, p. 100-111, 2019. DOI: 10.36026/rpgeo.v6i1.4242. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/4242>. Acesso em: 26 abr. 2024.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da; TORRES, Ana Carolina. Imigrantes e refugiados como desafio pedagógico: práticas docentes em uma escola municipal de São Leopoldo - RS. **Vivências**, [S. l.], v. 20, n. 40, p. 39-54, 2024. DOI: 10.31512/vivencias.v20i40.1265. Disponível em: <http://revistas.uri.br/index.php/vivencias/article/view/1265>. Acesso em: 28 abr. 2024.

SOUZA, Janaína Moreira Pacheco de. **Ser professora em área de fronteira bilíngue no Brasil: desafios e possibilidades.** Tese de Doutorado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 162 págs., 2019.

SOUZA, Janaína Moreira Pacheco de; SENNA, Luiz Antonio Gomes. A aprendizagem da língua portuguesa escrita em contexto de diversidade linguística no Brasil. **Imagens da Educação**, v. 10, n. 3, p. 80-95, 6 dez. 2020.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Paradoxos na educação: inserção e alteridade de imigrantes nas relações escolares. **Revista E-Curriculum**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 304-312, 2019. DOI: 10.23925/1809-3876.2019v17i1p304-312 Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/38760>. Acesso em: 26 abr. 2024.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **Sete aulas de L. S. Vigotski sobre os fundamentos da pedologia**. Org. e Trad.: Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. Rio de Janeiro: E-papers. 1ª ed. 2018.

Recebido em: 30 de dezembro de 2025.

Aceito em: 26 de maio de 2025.

Publicado em: 25 de junho de 2025.